



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS - EaD**

PAULA VASCONCELOS BARBOSA DIAS

**UMA ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR OFERTADA AOS ESTUDANTES
SURDOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB**

PATOS - PB

2020

PAULA VASCONCELOS BARBOSA DIAS

**UMA ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR OFERTADA AOS ESTUDANTES
SURDOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientador (a): Prof^a. Esp. Juçara Lídia de Araújo Ângelo

PATOS - PB

2020

PAULA VASCONCELOS BARBOSA DIAS

**UMA ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR OFERTADA AOS ESTUDANTES
SURDOS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus Patos*, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Patos 10 de fevereiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Juçara Lúcia de Araújo Ângelo

Profa. Esp. Juçara Lúcia de Araújo Ângelo - Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Edcarlos Paz de Lucena

Prof. Esp. Edcarlos Paz de Lucena - Avaliador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Joeliton Francisco Souza de Paulo

Prof. MSC. Joeliton Francisco Souza de Paulo - Avaliador
Secretaria de Educação e Esportes (SEE) Pernambuco- PE

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA PATOS/IFPB

D541a Dias, Paula Vasconcelos Barbosa
Uma análise da proposta curricular ofertada aos
estudantes surdos no município de João Pessoa-PB/ Paula
Vasconcelos Barbosa Dias. - Patos, 2020.
26 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2020.
Orientadora: Prof^ª. Esp. Juçara Lídia de Araújo Ângelo

1. Surdo 2. Currículo 3. Educação 4. Libras I. Título.

CDU – 376-056.263

Dedico este trabalho, à minha mãe Maria do Rosário de Fátima Vasconcelos (em memória), que foi a pessoa, na Terra, responsável por tudo o que sou. Com muita gratidão, sigo em frente lutando e conquistando meus objetivos, seguindo com bravura assim ensinada por ela, lembrando sempre, que acima de mim há um Deus que é a fonte de todas as coisas e nele encontro refúgio.

RESUMO

Este trabalho versa sobre a necessidade eminente de adaptação dos currículos existentes para atender os alunos surdos no município de João Pessoa – PB. Promovendo uma análise investigativa dos currículos existentes, que contemple uma educação como o ensino de Língua Portuguesa (L2), anos iniciais do ensino fundamental. Isto se deu após analisar os currículos educacionais adotados pelo município, nos anos iniciais, existentes hoje, onde não atendem a necessidade do aluno surdo, bem como trazer a memória a história da educação dos surdos, analisando os documentos existentes da BNCC, bem como os métodos de avaliação adotados. O meio utilizado para alcançar tal objetivo caracteriza-se através da pesquisa de análise bibliográfica a partir da concepção dos teóricos: Veiga (2002), Silva (2007) e Lacerda (2006). Sabe-se que uma das primeiras orientações na BNCC, já difere dos artefatos culturais da comunidade surda, em que os anos iniciais valorizam as situações lúdicas, fonética, repetições de sons, conduzindo no direcionamento a leitura e escrita, o campo visual, relacionado aos artefatos dos surdos não é considerado de acordo com a necessidade dos mesmos, dando margem a evasão escolar e a alfabetização na idade inadequada.

Palavras-chave: Surdo, Currículo, Educação, Libras.

ABSTRACT

This article deals with the imminent need to adapt existing curricula to serve deaf students in the city of João Pessoa - PB. Promoting an investigative analysis of the existing curricula, which includes an education such as the teaching of the Portuguese language (L2), early years of elementary school. This happened after analyzing the educational curricula adopted by the municipality, in the initial years, existing today, where they do not meet the needs of the deaf student, as well as recalling the history of the education of the deaf, analyzing the existing documents of the BNCC, as well as the evaluation methods adopted. The means used to achieve this goal is characterized by researching bibliographic analysis from the conception of theorists: Veiga (2002), Silva (2007) and Lacerda (2006). It is known that one of the first orientations at BNCC, already differs from the cultural artifacts of the deaf community, in which the early years value playful situations, phonetics, repetition of sounds, leading in the direction of reading and writing, the visual field, related to the artifacts of the deaf is not considered according to their needs, giving rise to school dropout and literacy at an inappropriate age.

Keywords: Deaf, Curriculum, Education, Libras.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
1.1	OBJETIVO GERAL.....	10
1.1.1	OBJETIVO ESPECÍFICO.....	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1	A SURDEZ.....	12
2.2	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	12
2.3	MEDIDAS DE INCLUSÃO.....	13
2.4	CURRÍCULO EDUCACIONAIS – BNCC.....	15
2.5	CURRÍCULOS E ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS.....	19
2.6	CURRÍCULOS PARA ALUNOS SURDOS.....	19
2.4	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SURDOS.....	21
3	METODOLOGIA	24
4	CONCLUSÃO	24
	REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

No início do século XX, com o surgimento da escolarização em massa, houve a necessidade de uma padronização dos conteúdos que deveriam ser trabalhados em sala de aula, neste intuito surgiram os currículos educacionais. Com essa padronização, além dos conteúdos em si, os currículos deveriam contemplar outros aspectos do sistema de educação, englobando todo o processo educacional, vejamos o que diz HORNBERG e SILVA.

Os currículos teriam que conter todo o processo educacional, desde dos conteúdos a serem ministrados, metodologia que deveria ser utilizada, passando pelo o bem-estar do aluno, agrupamento desse saber, acolhimento de todos e à aplicação na prática de todo esse conhecimento adquirido em sala de aula, Veiga (2002) completa.

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito (VEIGA, 2002, p.7).

A trajetória da educação no Brasil tem um histórico de processos de significativas transformações, buscando atender as necessidades dos alunos tanto na socialização quanto ao processo cognitivo. Dentro deste contexto temos a educação inclusiva, relutando contra a segregação ainda existente no Brasil, apesar da LDB garantir a interação educacional para todas as crianças independente de sua raça, condição social, física ou intelectual; ao longo das observações em sala de aula, por ser professora de Língua Portuguesa, percebemos que ainda há uma diferenciação nos resultados entre alunos “ouvintes” e alunos surdos.

Porém vamos perceber que o aluno precisa de visibilidade no ensino, onde iremos tratar do aluno surdo, não consegue evoluir dentro desse quadro de currículo existente nas escolas brasileiras, especificamente nas series iniciais, que contemplam o letramento. Esse tipo de processo não atende à este alunado em sua totalidade.

Baseada nesta observação do rendimento escolar do aluno surdo, na mesma sala do aluno ouvinte, sendo alfabetizado em uma língua diferente da língua natural em que ele está inserido, a língua do povo surdo, fomos motivados a produzir este estudo.

Não basta apenas matricular o aluno surdo, para que a escola seja rotulada como “inclusiva”, é preciso metodologias, conteúdos e currículos adequados para que esse tipo de alunado consiga acompanhar todo o processo educacional e conduza esse conhecimento para a vida. Lacerda apresenta os seguintes dados referentes ao desempenho dos surdos:

Pesquisas realizadas no Brasil e no exterior indicam que um número significativo de sujeitos surdos que passam por vários anos na escolarização apresenta competência área aspectos acadêmicos muito aquém do desempenho de alunos ouvintes, apesar de suas capacidades cognitivas iniciais serem semelhantes (LACERDA, 2006, p.2).

Valorizar os currículos lúdicos para a aprendizagem visual e articular os currículos adaptando-os quando necessário, visando os alunos surdos. Realizar mudanças na construção do saber dos alunos surdos, que continuam em sua maioria não conseguindo se equiparar aos alunos ouvintes, fazendo com que a evasão escolar nas escolas regulares, por parte dos alunos surdos só venha a aumentar, bem como a alfabetização tardias.

Sabe-se que a educação não atende de forma satisfatória aos alunos com deficiência. A educação básica se distancia de forma significativa as necessidades educacionais do aluno surdo, a ideia é que não foram levados em consideração os artefatos da cultura surda, antes da elaboração dos currículos educacionais; em termos gerais os currículos adotados, hoje, não obtêm resultados positivos em larga escala no que diz respeito ao surdo.

Dentro do que tudo foi exposto, iremos aprofundar nessa temática com uma visão voltada para melhorias na educação das crianças surdas.

1.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar os currículos existentes, fomentando na identificação de possibilidades que atendam as necessidades específicas aos alunos surdos dos anos iniciais do ensino fundamental.

1.1.1 OBJETIVO GERAL

- Valorizar os currículos lúdicos para a aprendizagem visual;
- Articular os currículos adaptando-os aos artefatos culturais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A SURDEZ

A surdez consiste a qualquer grau de falta de audição por parte do indivíduo, pode ser classificada: leve, moderada ou severa. Mesmo com qualquer um dos níveis há uma perda em relação ao ensino adotado no ano de 2020. “A surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Verifica-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição”. (BRASIL, MEC, 2005, p.19).

A surdez pode acontecer por diversos fatores, a genética é um deles. Quando o indivíduo já nasce surdo, geralmente é irreversível, a família neste caso é imprescindível na evolução deste indivíduo, não só no ambiente educacional, mas a introdução social, a vivência da comunidade surda bem como a apresentação dos seus artefatos culturais.

O visual e a família no acolhimento proporcionam um ambiente a esta criança inserida em um mundo de ouvintes, fatores importantes. A criança precisa se identificar como indivíduo surdo, com artefatos culturais próprios a este indivíduo, que necessita na fase escolar ser levado todas essas informações em consideração.

Temos outros tipos de fatores que levam a surdez, pode ser adquirida por traumatismo, predisposição genética ou doença que afete este órgão.

O importante, principalmente nas crianças nascidas surdas, é identificar a surdez o quanto antes, nos primeiros meses de vida, facilitando a identificação surda para que na fase escolar, encontre uma melhor metodologia e conteúdo para que esses alunos consigam acompanhar, todo o processo de educação.

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva ainda é um desafio para a escola pessoense, apesar de considerar alguns avanços importantes em meio à acessibilidade nas instituições no tocante a estrutura, os currículos continuam contemplando em sua maioria as crianças sem deficiência”.

Inclusão, pressupõe que seria acesso a todos, na educação acesso a toda pessoa, no nosso caso a toda criança. Esse princípio deu-se uma ênfase maior no exposto na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994).

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresente. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (p. 11-12).

De acordo com a declaração, consiste em um apoio e de serviços fazendo parte de um conjunto de profissionais, voltados a alavancar, promover esses alunos, subsídios válidos, fazendo com que a inclusão realmente exista em sua totalidade, aos alunos que precisam de cuidados especiais. Assim o princípio da escola inclusiva, essa deve ter a tendência de abranger a todos aos alunos, dando espaço e igualdade a todos, promovendo oportunidade igualitária, englobando desde as crianças e jovens de todas as condições físicas.

Nesse sentido, estamos nos referindo a uma educação que promova a todos o sucesso, independentemente de suas características físicas ou mentais.

De acordo com vários autores (Monteiro, 2000; Rodrigues, 2006; Sanches, 2001), o movimento da escola inclusiva defende que todas as crianças e jovens, mesmo os que têm graves deficiências ou incapacidades, podem e devem ser aceites pela escola regular, no ensino regular e encontrar as respostas adequadas às suas necessidades específicas.

2.3 MEDIDAS DE INCLUSÃO

Uma educação inclusiva é concepção contemporânea de ensino, uma vez que os alunos que precisavam de um tratamento diferenciado, antigamente eram excluídos nas

escolas, eram tidos como pessoas não capacitadas a acompanhar o ensino junto com as demais crianças, até mesmo as famílias continham esses filhos em casa, por não acreditar na capacidade desses filhos com algum tipo de deficiência.

Com a evolução do ensino e quebra de misticismo na educação, depois de algumas lutas vencidas, desde 2005, foi divulgado o decreto 5.626/2005 que permite que o aluno surdo frequente a sala de aula regular junto com os alunos ouvintes, em todos os níveis, respeitando a sua língua materna, que é a Libras, oficializada como língua em 2002 através da Lei 10.436/2002.

A Libras é uma língua com parâmetros, estrutura própria, gramática estruturada e dinâmica própria. Por isso a dificuldade do aluno surdo acompanhar o ensino em outra língua no nosso caso a língua portuguesa é gigantesca.

Apesar de contar com a Lei 10.098/2000, capítulo VII “da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização”, mesmo promovendo técnicas, mecanismo e alternativas para promover a melhor adaptação aos alunos surdos aos currículos e metodologias existentes, a evasão escolar contesta que há uma falha nesses mecanismos, é preciso que a LDB garanta a educação visual para o surdo, respeitando e sendo utilizada de forma pragmática na educação. Conforme Silva (2013) observa:

De acordo com Franco (2007) “as adaptações curriculares, de planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo, ou em aspectos dele, são para acomodar os alunos com necessidades especiais...”, esse é um dos caminhos possíveis para que alunos surdos possam atender às exigências do currículo comum, que necessita ser reformulado no sentido de oferecer-lhes as mesmas condições de desenvolvimento dos alunos ouvintes, sendo o professor responsável por regular a sua prática educativa para ajustá-la às suas reais necessidades (SILVA 2013- p 03).

A evasão escolar por parte dos alunos surdos de acordo com últimas pesquisas obtidas, feito pelo Movimento “Todos pela Educação”, mostra que a “redução do número de matrículas entre 2011 e 2016 ocorreu não só entre surdos, mas também entre pessoas com deficiência auditiva (queda de 3%) e surdo cegos (32%)”.

De acordo com o capítulo II o parágrafo 2º o Decreto de Libras 5.626/05 define:

Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial

ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Sentimos que a dificuldade não é apenas do público surdos, mas todos que aqueles precisam de um atendimento diferenciada. Além de todas as dificuldades de inclusão, temos que considerar a questão de serem alfabetizados segundo tese de mestrado de Carolina Hessel (2006), “de uma forma antiquada, tradicional, ouvintista, colonizadora, improvisada”. Aos sistemas de ensino, para o alcance dos objetivos da Política, caberia dar as respostas adequadas às necessidades educacionais especiais dos alunos, e, com isso, garantindo (BRASIL, 2008, p. 14)

O congresso de Milão uma das primeiras iniciativas de educação de surdos reuniu mais de 160 pessoas em conferência entre elas educadores e especialistas no ano de 1880, para decidir os novos rumos para a educação dos surdos. No entanto esse grupo era a maioria de ouvintes e ainda tinham a concepção que a língua falada, era superior a “língua gestuais”. Neste congresso foi notório seu fracasso, não contemplando as reais necessidades do aluno surdo.

Com a declaração de Salamanca, já citado aqui neste trabalho, em 1994 na Espanha, deu um ponta pé bastante significativa no tocante a educação do surdo. Garantido algumas medidas voltadas a garantir educação as crianças com necessidades especiais.

Esta declaração ganhou alguns apoios endossando as medidas de uma educação inclusiva, entre outro podemos citar a UNESCO, UNICEF, UNDP e o Banco Mundial.

2.4 CURRÍCULO EDUCACIONAIS – BNCC

Seguiremos com a história do Currículo Escolar que ao longo do tempo, evidencia o conceito de currículo escolar que vem sendo construído, além de uma enumeração de conteúdos à serem explorados em sala pelo professor, segundo Silva (2003): “O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes”. Portanto, além de conter diferentes teorias pedagógicas, que ao longo do tempo sofrem adaptações históricas, tendo relevância a cultura, a necessidade do alunado e abordagem de diferentes correntes teóricas contribuem nessa construção curricular.

Entre essas abordagens teórica abordada por Silva (2003), iremos nos deter na fase pós-crítica, que surgiu a partir das décadas de 1970 e 1980, partindo dos princípios da fenomenologia, do pós-estruturalismo e dos ideais multiculturais. Assim, como as teorias críticas, a perspectiva era o foco no sujeito, e suas capacidades cognitivas, a pós-crítica, que criticou duramente as teorias tradicionais, o objetivo era ir além das classes sociais, evitando assim, a segregação social, colocaram em destaque o aluno e suas necessidades.

Desse modo, mais do que a realidade social dos indivíduos, era preciso compreender também os estigmas étnicos-culturais. Como: a racialidade, o gênero, a orientação sexual e todos os elementos próprios das diferenças entre as pessoas. Nesse sentido, era preciso estabelecer o combate à opressão de grupos semanticamente marginalizados e lutar por sua inclusão no meio social.

“Os indivíduos com deficiências, vistos como “doentes” e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando, no imaginário coletivo, a posição de alvo da caridade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à educação. Ainda hoje, constata-se a dificuldade de aceitação do diferente no seio familiar e social, principalmente das pessoas com deficiências múltiplas e graves, que na escolarização apresenta dificuldades acentuadas de aprendizagem”. (BRASIL, 2004, p. 322).

As teorias pós-críticas consideravam que no currículo tradicional atuava com preconceitos sociais, com segregação educacional. Assim, a sua função era de se adaptar ao contexto específico dos estudantes para que no aluno compreendesse nos costumes e práticas do outro uma relação de diversidade e respeito. Além do mais, o currículo passou a considerar a ideia de que não existe um conhecimento único e verdadeiro, sendo esse uma questão de perspectiva histórica, ou seja, que se transforma nos diferentes tempos e lugares.

Refletindo nessas teorias, percebemos que ainda há oportunidade de mudanças do currículo educacional nacional, tornando apropriado para a comunidade surda, mesmo havendo uma modificação em 1998, nos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN's, as estratégias educacionais para alunos com necessidades específicas não contemplaram todas os municípios brasileiros, especificamente no estado da Paraíba, no município de João Pessoa, não há uma escola que atenda às necessidades do aluno surdo.

Em 2001, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, enfatizaram a necessidade de todos aprenderem juntos em um mesmo ambiente

educativo. Porém no ano de 2008, o Plano Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, faz uma restrição do público que necessita de atendimento especializado. Estabelecendo como público alvo, alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Como podem ver:

A partir dessa conceituação, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008, p.16).

No próximo capítulo, iremos analisar os currículos educacionais partindo da análise dos documentos existentes, em um corte com ênfase nos anos iniciais, do ponto de partida na alfabetização e iniciação do letramento, confrontando dentro desde um olhar comparativo aos artefatos culturais do aluno surdo.

Uma das etapas mais longas da vida escolar, com duração de 09 anos, contempla os alunos de 06 até em média aos 14 anos é o ensino fundamental, parte dos anos iniciais, até o ensino médio. Esta etapa é bastante relevante na vida escolar do ser humano, consiste nos primeiros passos educacionais, cruciais para o bom desenvolvimento do indivíduo.

Nesse período a BNCC, inicia-se orientando que a educação deve ser lúdica e baseada nas experiências e progressiva sistematização. Não se detendo apenas a sala de aula, mas a nível social e convivência nas relações humanas.

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-

las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. (BRASIL, 2013, P. 57 e 58).

Um das primeiras orientações na BNCC, já difere dos artefatos culturais da comunidade surda, nos currículos nos anos iniciais é valorizada as situações lúdicas, porém no direcionamento da leitura, escrita e oralidade; o campo visual, relacionado aos artefatos dos surdos, a ligação com a arte, não é bem trabalhado de forma a atender satisfatoriamente neste primeiro momento, haveria um desconforto, ser alfabetizado em um campo baseada na oralidade.

Escuta, fala, pensamento e imaginação [...] Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social (BRASIL, P.44)

Um dos primeiros pontos dos artefatos culturais do surdo, esta no aspecto visual, promover uma participação na cultura oral, proposta no documento, no campo das artes, a repetição e a teoria ouvintista na alfabetização, adotada nos currículos existentes, não contemplam o aluno surdo. De acordo com Perlin e Miranda (2003, p.218), “experiência visual significa usar a visão [...] como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico”.

Por conta dessas considerações adotadas pelas as escolas da Paraíba, que têm a L1 a Língua Portuguesa, que seguem a BNCC, o impacto neste primeiro momento para o surdo é de grande trauma, fazendo com que muitos desistam antes de completar o período da alfabetização, não chegando ao menos no letramento.

A leitura e a escrita neste momento para o surdo que vem de uma prática apenas visual, acabam perdendo o sentido, os fonemas das letras, não faz sentido ao aluno surdo, neste primeiro momento, a compreensão é praticamente nula. Uma vez que, a sua língua materna é

a Libras, o surdo desconhece o sistema da gramática da Língua Portuguesa, o mesmo já está inserido em uma gramática antes de frequentar a escola, é uma gramática baseada no campo visual, diferente do aluno ouvinte que se relaciona com os sons das palavras. Os fonemas, não fazem muito sentido no letramento desse aluno surdo, daí dá-se o início ao distanciamento da educação na escola e o conhecimento de mundo do aluno.

2.5 CURRÍCULOS E ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS

Uma das primeiras unidades de currículo foi criada pelo filósofo Boécio (Roma, ca. 480 — Pavia, 524 ou 525), ele foi um dos precursores na elaboração dos currículos reunindo em um único documento os conteúdos, os valores e como esse conteúdo deveria ser passado.

A última atualização dos parâmetros curriculares foi em meio a discussão iniciada no ano de 2015, com diversos debates ao longo de governos, gestões e audiências públicas. A sociedade participou com mais de 12 milhões de contribuições na 1ª versão, sendo que metade delas veio de 45 mil escolas. Em 2016, a 2ª versão viajou por todos os estados. Através de seminários estaduais, organizados pela Consed e Undime, cerca de 9 mil pessoas, entre educadores e alunos, debateram o documento em detalhes. Em abril de 2017, a 3ª versão foi entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) que ouviu a opinião do Brasil em uma nova rodada de seminários regionais. Por fim, em dezembro de 2017, a BNCC foi homologada pelo MEC e passou a valer em todo o Brasil.

A BNCC é um documento maleável, permitindo que seja adaptada conforme o PPP de cada escola. Cada escola constrói o seu PPP, juntamente com os professores, especialistas e a comunidade escolar em geral, seria de extrema importância no que diz respeito a educação de surdos.

Os currículos precisam ser pensados o público que eu como educador vou atender, precisa ser estudado desde comunidade que a escola está inserida, as matrículas realizadas, enfim o alunado.

2.6 CURRÍCULOS PARA ALUNOS SURDOS

Currículo educacional é um documento nacional, que consiste em um único documento para todas as escolas brasileiras, onde reuni parâmetros que devem ser

seguindo de uma forma mais adequada, sem segregação, valorizando o sujeito, no tocante as questões raciais, étnicas, históricas ou políticas.

Uma das dificuldades de utilizar os currículos existentes na educação do surdo é a sua língua natural, é certo que nem todos os alunos surdos, ingressão nas escolas com domínio da Libras, mas uma das características da identidade surda é a sua língua.

Partindo do pressuposto que o surdo tenha a língua materna, Libras, em sua vivência familiar, ele já irá dar início a sua vida docente, na escola, em uma língua diferente da sua, onde a estrutura é diferente de sua língua materna, a modalidade de ensino é aplicada na maioria da metodologia auditiva, exigindo um esforço maior por parte do aluno.

A evasão escolar vista neste trabalho, acaba justificando a dificuldade do aluno em acompanhar o currículo existente.

A proposta não seria mudar os currículos, mas adaptar os existentes para que atenda ao aluno surdo, implantar escolas bilíngue nos solos paraibanos, mais especificamente em João Pessoa.

Para que isso seja uma realidade, é preciso políticas publicas eficientes, que promovam uma educação com documentos que adotem metodologia que atendas as especificidades do individuo surdo.

Tivemos dos eventos recentemente de muita importância, onde foi abordado o ensino de língua portuguesa como (L2) e adaptação dos parâmetros curriculares no ensino nas escolas bilíngues, um deles foi o Congresso Internacional sobre o ensino de português como segunda língua para surdos, acontecido entre os dia 09 a 13 de novembro de 2020, evento online, transmitido pelo canal da UBN TV, neste congresso entre outros nomes tivemos a contribuição Crisciane Nunes, diretora de política na educação de surdos, para Nunes (2015), a defesa do bilinguismo no ensino para os surdos, abrange a compreensão da língua de sinais e de sua representação para os surdos, bem como significa uma forma de comunicação que funciona como pré-requisito para outras aprendizagens como português e matemática.

No I Simpósio Internacional Estudos Surdos e Língua de Sinais e II Seminário de Interiorização da Língua de Sinais acontecido entre os dias 09 a 11 de dezembro de 2020, promovido pela Unidade Educacional de Penedo e dos campi do Sertão e Arapiraca da UFAL, também participando a Universidade Federal de Sergipe (UFS), a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e a Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (Uesb).

Foi discutido o ensino Língua Portuguesa (L2), capacitando profissionais na área de educação, que trabalham diretamente com esse alunado, alfabetizando utilizando a Libras (L1), adequando de uma melhor forma o documento existente, favorecendo uma melhor aplicação desse aprendizado por parte do surdo.

“[...] se nos referirmos ao conteúdo notamos que nesta unidade já nos referimos à questão de conteúdos que envolviam a audição e a fala e os pesados treinamentos pelos que os surdos passaram. Muitos autores se referiram ao currículo reduzido para surdos. Os conteúdos do currículo moderno para surdos eram voltados para a audição e a fala e minimizados os conteúdos do currículo escolar por se acreditar que os surdos tinham menos capacidade de aprendizagem. Muitas escolas da modernidade adotaram práticas de reabilitação clínica da audição e da fala e de escolarização reduzida devido ao tempo gasto com a reabilitação. Outras adotaram períodos de repetição de séries* (*são conhecidas as repetições de séries ou etapas. Os surdos tinham de repetir durante dois anos as séries iniciais do ensino fundamental”. (PERLIN & STROBEL 2009 – p 11).

Uma vez que o fomento para a criação de escolas bilíngues de surdos em todo o país está previsto no artigo 35 do Decreto nº 9.665/2019, este garante não somente escolas bilíngues em todo país, como criação de uma diretoria de Políticas de Educação Bilíngue. A titular dessa diretoria Karin Strobel (2019) afirma: “Estamos iniciando para implementar o ensino bilíngue em todo o país”. Vemos a forma mais adequada de ensino do aluno surdo.

Com isso, o aluno passa pelo, um processo, aqueles que persiste pelo o caminho, na absorção do conhecimento de uma segunda língua mesmo no período de alfabetização, mesmo tendo ajuda de interpretes ou salas do AEE, “aprendem” uma segunda língua e se submetem por métodos avaliativos nem um pouco comuns à sua cultura.

2.7 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE SURDOS

Dentre as práticas sociais e históricas, encontramos a educação, e, como prática social, seja ela escolar, ou não, esta influência é influenciada por fatores políticos econômicos, sociais e culturais. E neste caminho alguns conceitos acompanham a avaliação e norteiam as práticas no âmbito escolar, partindo da questão histórica, sabemos que o modelo jesuítico, esteve presente desde o início da colonização portuguesa no Brasil, e já apresentava em seu manual, Ratio Studiorum - datado de 1599, os três passos básicos de uma aula: preleção

do conteúdo pelo professor, levantamento de dúvidas dos alunos e exercícios para fixação, cabendo ao aluno a memorização para a prova. Conforme nos mostra Luckesi (2003):

“A tradição dos exames escolares, que conhecemos hoje, em nossas escolas, foi sistematizada nos séculos XVI e XVII, com as configurações da atividade pedagógica produzidas pelos padres jesuítas (séc. XVI) e pelo Bispo John Amós Comênio (fim do séc. XVI e primeira metade do século XVII)”. (p. 16).

Lendo Afonso (2000), podemos afirmar que o ápice desse modelo está atrelado à ascensão da burguesia, uma vez que desprovida dos privilégios garantidos por Nascimento e da fortuna da aristocracia recorre ao trabalho e aos estudos como forma de ascensão social. Não podemos deixar de ressaltar que a introdução generalizada do exame de admissão para o serviço público foi um grande passo na democratização do Estado e na configuração de uma sociedade meritocracia. Quanto mais se desenvolvia o modo de produção capitalista, mais o exame se consolidava como “uma das peças do sistema”.

No início do século XX, vemos surgir à concepção de avaliação como processo de medida, que teve sua origem nos Estados Unidos, com os estudos de Thorndike acerca dos testes educacionais. Tais estudos prosperaram muito e resultaram no desenvolvimento de testes padronizados para medir habilidades e aptidões dos alunos.

Essa possibilidade de mensuração de comportamentos por meio de testes propiciou a expansão de uma cultura dos testes e medidas na educação e, por essa razão, Dias Sobrinho (2003) afirma que:

Nas primeiras décadas do século passado, avaliar se confundia com medir: Embora consideremos hoje importante distinguir avaliação e medida, naquele momento, esses termos se tomavam um pelo outro. A avaliação era eminentemente técnica, consistindo basicamente em testes de verificação, mensuração e quantificação de resultados. (p. 17)

Encontramos na pedagogia tecnicista a avaliação como medida, aquela que pode ser quantificada. Segundo Hadji (2001), reduzir a avaliação à medida ou mais especificamente à prova implica aceitar a confiabilidade da prova como instrumento de

medida e desconsiderar que a subjetividade do avaliador pode interferir nos resultados da avaliação. Em razão disso, ele nos alerta:

(...) registraremos aqui o fato de que hoje se sabe que a avaliação não é uma medida pelo simples fato de que o avaliador não é um instrumento, e porque o que é avaliado não é um objeto no sentido imediato do termo. Todos os professores avaliadores deveriam, portanto, ter compreendido definitivamente que a “nota verdadeira” quase não tem sentido. (p. 34)

No final dos anos 1980 e início de 1990, surgem, no Brasil, concepções mais progressistas da avaliação. Uma delas é a da Professora Jussara Hoffman, para quem a avaliação anda junto com a aprendizagem. Para ela, um professor que não avalia constantemente a ação educativa, no sentido indagativo, investigativo do termo, instala sua docência em verdades absolutas, pré-moldadas e terminais. Com esse pensamento, defende a avaliação como mediadora do processo de ensino e de aprendizagem. A

avaliação mediadora se desenvolve em benefício do educando e acontece quando o diálogo é estabelecido entre quem educa e quem é educado.

Para esta concepção de avaliação, cabe ao professor informar, através do diálogo, o processo de aprendizagem do seu aluno. O caminho da avaliação com a LDB, Lei n. 9394, de 1996 passou a avaliar o aluno considerando seu potencial, diante do processo ensino-aprendizagem, o seu envolvimento diante da educação, através da participação em sala, envolvimento nas atividades propostas em sala de aula, tarefas e trabalhos (HOFFMANN, 1993).

Desta forma, a leitura nos mostra que avaliar é uma construção diária, fazê-la em alguns casos se torna um desafio, como é na educação de alunos surdos. Sabe-se que as escolas regulares recebem esses alunos muitas vezes sem o suporte devido, ou nenhuma base ou experiência em sinais, e na forma como avaliar o surdo. Isso também se dá pelo fato de não haverem as escolas bilíngues no país, como nos mostra Côrrea et.al (2016):

A avaliação do aluno surdo é um desafio a ser superado pelas escolas brasileiras, porque implica na identificação do sistema de comunicação (Libras, Sinais Caseiros ou Língua Portuguesa), nas formas de conceber o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem em um sistema unificado de avaliação, que no modelo de escola atual, está baseado na palavra escrita. Contudo, questionamo-nos qual seriam as formas mais adequadas de avaliar

o aluno surdo. Diante disso, surge a necessidade de discutir a problemática que envolve a avaliação do surdo, revendo estratégias possíveis de serem aplicadas em um sistema educacional inclusivo que considerem as habilidades a serem desenvolvidas em cada etapa e a língua que servirá como mediadora neste processo.

Segundo a autora, a avaliação escolar da pessoa surda ainda necessita de mais discussões, pois estes usam uma língua diferente e apresentam características diferenciadas, e que antes de selecionar o melhor método de avaliação é preciso reconhecer a língua na qual o aluno se sente confortável para aprender e se expressar. Um bom caminho é reconhecer o avanço conquistado a cada etapa utilizando as diversas estratégias de ensino aprendizagem que temos no meio educacional, buscando formar cidadãos críticos dentro da sua cultura.

3 METODOLOGIA

Nossa pesquisa se baseia na pesquisa análise investigativa bibliográfica, através de baseamento teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas, levantando uma problemática por meio de referenciais. De acordo com Silva, 2000 “A Pedagogia e o currículo não podem se limitar a celebrar a identidade e a diferença, mas precisam problematizá-la”.

Na busca de responder a nossa problematização, realizamos leituras através de literaturas de alguns autores do campo da surdez no Brasil, evolução dos currículos, educação e sistemas avaliativos, através do Google acadêmico, que é uma das plataformas com um acervo bastante significativo e confiável.

Utilizamos materiais de pesquisas que trazem sugestões e reflexões referente a materiais pedagógicos adaptados. As palavras chaves foram: surdo, alfabetização, currículo, educação, com o objetivo também de trazer e pontuar as visões destes autores no tocante a educação de surdos na L1 em Libras. Na próxima sessão do trabalho, vamos concluir a nossa discussão e concluir o pensamento sobre a temática.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados, nota-se a real necessidade de implementação, de uma concreta adaptação nos currículos, com vistas a colaborar, com a

efetiva aprendizagem dos alunos surdos. Sendo assim, o município de João Pessoa estaria fomentando a eficácia da aprendizagem nas séries iniciais dos alunos surdos, que necessitam dessa atenção específica em seus currículos escolares.

Incluindo esta ludicidade que faz uma diferença significativa, para quem aprende melhor através do visual, também ajudaria aos demais, pois estaríamos promovendo o uso de mais um dos sentidos durante a aprendizagem da leitura e da escrita.

Pode-se perceber que adaptar os currículos às necessidades educacionais específicas dos alunos surdos, é um meio cabível para que estes alunos se sintam confortáveis na ação de aprendentes, pois sentindo-se que suas habilidades estão sendo valorizadas, respeitada como indivíduo surdo e suas especificidades estão sendo atendidas de acordo com o desenvolvimento de cada um, eles ganharão confiança em si mesmos e o enriquecimento no conhecimento será notório. Esta oferta de currículo adaptado, traz para esta clientela as mesmas condições de desenvolvimento entre seus pares, condizente com a ação de inclusão que se faz concernentes a todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm Acesso em: 11 maio 2017.

BRASIL. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Série Livro. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. LEI Nº 8.160, DE 8 DE JANEIRO DE 1991. Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8160.htm. Acesso em: 17 Nov. 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 16 de Fev de 2021.

DOMINGUES, José Luiz (1985). **O Cotidiano da escola de 1º grau: o sonho e a realidade**. São Paulo: Universidade Católica de São Paulo (Tese de Doutorado).

FRANCO, Valéria Korik. Adaptação Curricular (2007). Disponível em: caminhosdainclusao.blogspot.com Acesso em 20 de Fev. 2021

EIJI. **Congresso de Milão**. Disponível em: <https://culturasurda.net/congresso-de-milao/>. Acesso em: 27 Dez. 2020.

GIL, Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: ed. 6, Atlas, 2017. HUGO

JAMIE BERKE. **The Milan Conference of 1880: When Sign Language Was Almost Destroyed**. Disponível em: <https://www.verywellhealth.com/deaf-history-milan-1880-1046547>. Acesso em: 27 Dez. 2019.

KARNOPP, Lodenir Becker. **Produções culturais de surdos: análise de literatura surda**. Cadernos de Educação, Pelotas, v. 36, p. 155-174, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n36/07.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2012.

LEANDRO AUGUSTO. **O Congresso de Milão - 1880**. Disponível em: <https://prezi.com/pjsuhr_dhsac/o-congresso-de-milao-1880/>. Acesso em: 27 Dez. 2019.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática*. Salvador : Malabares Comunicação e eventos, 2003.

NANCY ROURKE. Milan 1880 ontheTable. Disponível em: <<http://www.nancyrourke.com/milan1880onthetable.htm>>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

PHAFFALIBRAS.BLOGSPOT.COM. **Congresso de Milão**. Disponível em: <<http://phaffalibras.blogspot.com/2012/06/congresso-de-milao.html>>. Acesso em: 27 Dez. 2019

SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVA, Mônica. **O amanhecer do surdo**. Sábado, João Pessoa, ano 26, n. 1344, p. 30-36, 3 fev. 2002.

SHALLENBERGER, Augusto. **Comunidades surdas nas redes sociais: pela resistência e perpetuação da diferença através do humor**. In: PERLIN, Gládis; STUMPF, Marianne (Org.). Um olhar sobre nós surdos: Leituras contemporâneas. Curitiba: CRV, 2012. p. 77-85.

THOMA, Adriana da Silva. **A inclusão no ensino superior: “- Ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) Isso exige certamente uma política especial...”**. Trabalho apresentado na Reunião Anual da ANPED, 2005.

UFSC. Historicismo: **o Conflito no Congresso de Milão 1880**. Disponível em: <<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/scos/cap14131/1.html>>. Acesso em: 27 Dez. 2019

_____. Declaração de Salamanca disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> acessado em: 27/03/2021

_____. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais**. Orientações gerais e marcos legais. Brasília: 2004. 353 p.

_____ . CARTA-DENÚNCIA DOS SURDOS FALANTES DA LÍNGUA DE
SINAIS BRASILEIRA (Libras) AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. 2011.